

CERIMÔNIA DE EMERÊNCIA, WALTER ARAUJO ZIN

Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora
Denise Pires de Carvalho;

Excelentíssimo Senhor Vice-Reitor, Professor Carlos Frederico Leão Rocha;

Senhora Vice-Decana do Centro de Ciências da Saúde, Professora Russolina
Zingali;

Senhor Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, Professor Bruno
Lourenço Diaz;

Senhores membros da Comissão de Recepção, Professores Patricia Rieken
Macêdo Rocco, Deolindo Couto, Marcello André Barcinski, José Roberto
Lapa e Silva, Maurício Magalhães Costa e Antonio Egídio Nardi;

Autoridades, docentes, funcionários e discentes presentes;

Senhoras e Senhores,

Reunimo-nos hoje, em sessão solene do Conselho Universitário, para outorga do título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro ou Universidade do Brasil. Reza o Artigo 2º da Resolução N.º. 01 de 1994 do Conselho Universitário desta casa, que “O título de Professor Emérito é privativo de professores da UFRJ, titulares, aposentados, cujos serviços no magistério tenham sido considerados de excepcional relevância para esta Universidade”. Um olhar mais detalhado revela que se comemora conseqüente e simultaneamente a *Universitas Magistrorum, Scholarium et Scientiarum*, porquanto a separação daquele, desta, não se permite à luz sã dos ditames da razão e da lógica.

Passo a vos apresentar os componentes da Comissão de Recepção. Escolhê-los, mostrou-se tarefa hercúlea, e *ab initio* peço absolvição a tantos outros de mesmo quilate, amigos plenos, que apenas por obra do protocolo não pude convidar. Seguiremos a ordem cronológica de suas graduações universitárias e a eles já me escuso pelas limitadas palavras. Iniciamos, por conseguinte, pelo nosso Decano. Deolindo Couto graduou-se na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil em 1955. Atuou como Professor de Clínica Cirúrgica e de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental. O Professor Deolindo Couto, homem de profunda sapiência e erudição,

enriquece qualquer ambiente com seus saberes e sua simplicidade. Marcello Barcinski, que conheci em minha infância universitária, médico em 1965 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, criou o Laboratório de Imunogenética no Instituto de Biofísica da UFRJ. Marcello veste o chapéu do bom senso universal para resolver o mundo. Um removedor de farpas e arestas. José Roberto Lapa e Silva, obteve o diploma de médico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1973. Figura proeminente na Pneumologia mundial, faz-se companheiro sempre presente, quando o pulmão pisa o palco. Tantos congressos vivemos juntos! Maurício Magalhães Costa possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981. Mastologista de mão cheia. Nosso *globe trotter*, sempre com um sorriso a tornar o mais áspero instante em profuso contentamento, um apreciador do belo. Antonio Egídio Nardi se graduou em Medicina pela UFRJ em 1984. Conhecemo-nos no Laboratório de Hemodinâmica do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, dividindo o mesmo orientador, nosso saudoso Professor Ayres da Fonseca Costa. De carreira meteórica e produtiva, Nardi me propiciou a copublicação de estudos na interface Psiquiatria/Fisiologia Respiratória, nos garantindo boas risadas quando o assunto era cooperação interdisciplinar. Já ouvimos, na capital federal, que as duas áreas jamais montariam projetos em conjunto em razão da distância entre elas. Patricia Rieken Macêdo Rocco, diplomou-se médica pela UFRJ em 1987, e Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) na mesma Universidade, em 1995 – minha primeira tese orientada! Trabalhamos juntos no Laboratório de Fisiologia da Respiração de 1982 a 2005, quando Patricia estabeleceu o Laboratório de Investigação Pulmonar no Instituto de Biofísica. Quanto orgulho Patricia me traz, docente e pesquisadora reconhecida mundo afora.

Agora, rogo-vos vênias para apresentar-vos brevemente o homenageado da vez. Filho de pais médicos, logo a Medicina me enlevou o coração. Aliada a esta pedra angular, me instiga amiúde uma natural e saudável curiosidade pelas regras a ditar o funcionamento de seres vivos, bem como as propriedades de corpos inanimados. Isto posto, vivi 1970 como um indelével marco de passagem. Aos inexperientes dezessete anos de idade, deixava, com profunda dor e sensação mesmo de perda, o Colégio Pedro II - Internato, no Campo de São Cristóvão. Passava *in continenti* aos bancos da Faculdade de

Medicina da Praia Vermelha, após exames vestibulares prestados às três Universidades públicas da Cidade do Rio de Janeiro, nos quais consegui aprovação. Daí a poucos meses, apresentei-me à seleção para monitores de Biofísica, propelado pela então breve, porém arrebatadora exposição ao torvelinho criativo da obra de Carlos Chagas Filho. Tornei-me monitor no segundo semestre do primeiro ano da Faculdade. Seguiu-se um período, ainda vivente, dedicado a Biofísica, Fisiologia e Fisiopatologia pulmonares. Em 17 de fevereiro de 1977, surgiu o contrato com a UFRJ, como Auxiliar de Ensino; atingi a titularidade por concurso público em 1993, estendendo-se a mesma até 2018 – 25 anos –, quando solicitei aposentadoria; e, agora, me toca a Emerência. Na Universidade e pela mesma, ocupei vários cargos e funções de representação e de gestão, dentre os quais destaco, nesta casa, a Presidência da Câmara de Fomento do Conselho de Ensino para Graduados, Assessoria à Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, e a Direção do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho. A sala de aula sempre me atraiu. Lá fiz grandes amigos, discuti inúmeros assuntos extramuros universitários, fui instigado ao aperfeiçoamento contínuo pelos discentes. O resultado se cristalizou em homenagens por algumas turmas, ao término do Curso Médico, tendo sido escolhido, apraz-me ressaltar com júbilo, paraninfo da turma de nossa Magnífica Reitora. Chefiei um laboratório de pesquisa por 30 anos, formando mais de uma centena de alunos, em todos os níveis, muitos dos quais atualmente se destacando como docentes da nossa UFRJ, e alhures. A extensão veio a mim com maior intensidade do que a ela me cheguei. Explica-se: como comparar meus cursos e outras ações com as tardes de segunda-feira, após o expediente regulamentar, a ouvir *en petit comité* a voz serena de Carlos Chagas Filho a nos enlevar com assuntos os mais diversos, desde a vida de seu pai à deterioração das obras de arte de Veneza pela poluição ambiental? Da cabeça raspada no trote de 1970 aos tempos hodiernos, por cinquenta anos saboreei, em dedicação exclusiva, a UFRJ, em docência, escolástica, pesquisa científica e extensão. A contagem continua *ad vitam*, assentida pelo título a mim ora concedido.

Se a Universidade contribuiu solidamente para minha formação, este Professor Emérito não disporia de estofo sem sua família, sempre o respaldando, no sentido mais amplo do termo. Meus avós, sem formação além

da mínima, transmitiram-me a prática da vida, a tenacidade própria do imigrante em busca de um melhor viver. A meus pais devo muito, muito, em virtude de me apontarem, com seus exemplos e palavras, a trilha correta a seguir no labirinto da vida: minha mãe, Cândida Augusta Araujo Zin, aqui *in personam* aos 97 anos, meu pai, Walter Zin, *in animo*, completando 99 anos no dia quinze próximo futuro. Agradeço profundamente aos senhores! Sem Andrea, minha esposa, oftalmologista clínica e pesquisadora, cúmplice sempiterna, meu caminho certamente se mostraria bem mais repleto de obstáculos, gélido, porque não sem foco? Muito agradecido, querida, por tudo! Usurpei tempo de convívio, porém não calor e apoio onipresentes, às nossas talentosas filhas, Emilia e Olivia, a primeira ultimando seu doutoramento na Universidade da Califórnia, Berkeley, pesquisadora em terapia gênica, e Olivia no Departamento de Oftalmologia da Escola Paulista de Medicina, já seguindo os passos da mãe e iniciando sua vida paralela em pesquisa clínica. Quanto nos envaidecem! *Ab imo pectore gratias maximas ago!*

Passemos ao ensino pré-universitário. Reza a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988: “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No decorrer de minha formação estudantil pré-universitária privilegiou-me uma educação pública de qualidade, possibilitando-me o ingresso imediato em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Tempos augustos aqueles! Com melancolia, testemunhei o declínio veloz e progressivo da instrução ofertada aos jovens nos ensinos fundamental e médio, impondo barreira quase intransponível àqueles almejando a Universidade pública, mormente aos candidatos com limitados recursos financeiros, pois se retirava paulatina e inexoravelmente o Estado da função constitucional de provedor, *pari passu* ao avançar do ensino ditado pelo mercado. Era mister reagir! Assim, há quase vinte anos se empreendeu a busca de correção daquela assimetria por meio da reserva de vagas discentes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, exemplo abraçado por instituições de ensino superior públicas pelo país afora. Almejava-se que, ao longo dos anos, houvesse investimentos do Estado no ensino público pré-universitário, reabilitando-o. Desafortunadamente, o Índice de Desenvolvimento

da Educação Básica (IDEB), divulgado em 03 de setembro de 2018 pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), demonstra que o país não atingiu as metas esperadas nos anos finais do ensino fundamental e médio. Por exemplo, nenhum estado da Federação se aproximou da meta de 4,7 no ensino médio público, resultando o respectivo IDEB nacional igual a míseros 3,8. Apenas 1,62% dos estudantes do último ano do ensino médio comprovaram conhecimento adequado de língua portuguesa. Em contrapartida, os índices nas instituições privadas do Brasil oscilaram em torno de sete. Ou seja, o cenário da educação básica no país mostra-se alarmante, retrocedeu substancialmente nestas últimas décadas. Paralelamente a esse quadro, acusa-se arditamente a Universidade de elitista, entretanto sua democratização requer ações que dela independem, que a antecedem. De acordo com o Professor Franklin Leopoldo e Silva, da Universidade de São Paulo, “A Universidade não resolve por si mesma, e imediatamente, as carências sociais, embora possa contribuir, na esfera que lhe é própria, para o encaminhamento das soluções”. Investindo pesadamente no ensino básico, valorizando a carreira do professor, ampliando o elenco de escolas, modernizando o ensino, conquistaremos, quiçá, daqui a algumas décadas a sonhada e decantada plenitude do ensino básico.

Do fundamental e médio, e suas agruras, atingimos o próximo degrau. O substantivo “Universidade” etimologicamente nasce do latim *Universitas*, que significa universalidade, conjunto, totalidade, comunidade. De *unus*, um, e do verbo *vertere*, tornar, compõe-se a palavra Universidade. Na antiguidade, há indícios de cultura e ensino desde 3.500 a.C., florescendo na Babilônia, Suméria, Assíria, atingindo a biblioteca de Alexandria, Egito, no século III a.C. Advêm instituições dedicadas ao ensino superior: a Escola de Atenas, fundada por Platão, por volta do ano 387 a.C., que perdurou por mais de 900 anos, instituições na China, Pérsia, Coréia, Índia, Turquia e Japão, apenas para citar algumas. Todavia, não equivaliam a verdadeiras universidades, porquanto se voltavam a uma ou outra faceta do saber. O primeiro registro da universidade propriamente dita se dá em Bolonha, Itália, no século XI d.C., quando se rompe o laço com a religião. A primeira Universidade federal no Brasil veio à luz no dia sete de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro e

constituída pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, recebeu o epíteto de Universidade do Brasil, incorporando outras faculdades, institutos e escolas. Cresceu.

Chega-se à Universidade contemporânea, com inserção profunda na comunidade, para engrandecê-la e, por extensão, enriquecer o país. Corrobora esta afirmativa o artigo científico publicado neste ano por autores da London School of Economics e do MIT Department of Economics, Anna Valero e John Van Reene. Concluem eles: “O fortalecimento da presença da Universidade associa-se positivamente a uma subsequente aceleração do crescimento econômico...Estimamos que o retorno econômico da expansão da Universidade provavelmente excede os custos com ela”. Pontos imperiosos, incompreendidos pelos parvos, ou há outros interesses a desviá-los para o Reino de Hades.

A finalidade primordial e o dever básico da Universidade abarcam: produzir conhecimento e operar como seu repositório, gestar o pensamento crítico, organizar e articular elementos que passam entre, além e através das disciplinas, cunhar cidadãos, profissionais e intelectuais. Neste sentido, já em 31 de julho de 1935, durante o lançamento da Universidade do Distrito Federal, Anísio Teixeira, então Secretário de Educação, manifestava-se: “A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades”. Por conseguinte, a Universidade contemporânea, à luz da cidadania, da república e da democracia, não aceita a alcunha nem o ofício de um escolão do 3º grau.

Longe disso: a finalidade da educação superior, de acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, gestada a partir da Constituição Federal de 1988, é: “Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”. Para tanto, “A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, ..., da receita resultante de impostos...na manutenção e desenvolvimento do ensino público”,

como reza a já citada LDB. Ademais, a Universidade tem autonomia plena didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pela primeira vez consagrada na Constituição Brasileira de 1988. Este princípio da autonomia abrange, inclusive, as universidades privadas. Entretanto, estas, exceto as confessionais, encontram-se normalmente refreadas em seu vigor universitário pleno pelas respectivas mantenedoras, as quais as subjugam às leis de mercado, parceiras inseparáveis do lucro. Assim, a Universidade pública surge ímpar em gozar de plena liberdade para exercer funções e deveres a ela atribuídos pela sociedade, que se beneficiaria do adequado retorno de produtos altamente qualificados.

A partir de meados dos anos 60, verificou-se a necessidade da elevação do número de vagas discentes nas Universidades. Entretanto, sem o concomitante aporte de recursos, com a paulatina retirada do Estado da função de fomentar o crescimento do ensino superior público, este desidratou. Passaram-se décadas e os últimos governos persistiram em se alinhar àquela tendência nefasta. A Universidade autônoma e suas lideranças padecem sob o garrote vil, com aumento do número de vagas para as já saturadas instituições existentes, desacompanhado de proporcional elevação de seus quadros funcionais, atualização da infraestrutura e modernização do ensinar. A algaravia política deságua em um argumento circular, imputando desmerecidamente às Universidades públicas uma incapacidade de atender às demandas sociais.

Frente a essa *débaçle*, as Universidades públicas passaram a depender de fundos originalmente destinados à pesquisa científica, à formação de recursos humanos pós-graduados e à extensão, para garantir-lhes uma tênue fluabilidade. As necessárias avaliações de desempenho assemelham-se às daquelas do mercado, quantidade sobrepõe-se à qualidade. Essa nova vida universitária, com embates frequentes *inter pares* para assegurar financiamento, exige desproporcional esforço psíquico e temporal, subvertendo os princípios e objetivos da Universidade. O livre pensar, a criatividade e a produtividade de qualidade e seus consequentes repasses à sociedade padecem de acentuada hipóxia. (Curiosidade: livro “The Man Who Knew Infinity”, Robert Kanigel.)

Faz-se mister identificar inovações disruptivas para enfrentar o *status quo* e transformá-las em ações, além de avaliar continuamente medidas para incorporar inovações incrementais. No passado, houve a criação da Universidade no século XI, o livro impresso no século XV, e, ainda imberbe, o ensino à distância por via digital. Pois bem: neste país, os locais onde há espaço e aparelhagem capazes de permitir uma videoconferência multidisciplinar em tempo real e com velocidades de transmissão e recepção propícias, ainda não se capilarizaram para todas as unidades universitárias e respectivo corpo social. No mundo digitalizado, onde as inovações e mudanças paradigmáticas já repousam na gaveta dos grandes conglomerados, a Universidade pena para literalmente falar com o mundo. Ademais, carecemos de um movimento concreto e cristalino para fora dos portões universitários, levando à sociedade cultura, história, serviços e técnicas que possam, além de transformar positivamente a vida hodierna dos cidadãos, firmar contratos, acordos e convênios, receber subvenções, doações, heranças, legados, e cooperar financeiramente com entidades privadas. Em suma: garantir recursos orçamentários independentemente de governos.

Precisamos repensar, conscientes do passado, sob a luz do presente, porém com o olhar no futuro, esta senhora tão acolhedora: uma Universidade laica, democrática, sem perniciosos vieses político-partidários, propiciando sólida e inequivocamente o cenário de interpenetração entre sociedade e Universidade, diferentes órgãos do mesmo corpo, pelos quais flui a vida, o saber, e a soberania da nação.

Por fim, desejo agradecer a todos que, ao longo dessas décadas, partilharam comigo a caminhada, as alegrias e os momentos mais delicados, naturais componentes da vida plena, bem como àqueles, ausentes ou presentes, partícipes na gênese e efetivação desta cerimônia, saboreando comigo a grandiosidade do momento.

Muito obrigado.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2019

Walter Araujo Zin